



BOLETIM - ANO III – Nº 113

Rio de Janeiro, 14 de março de 2013

A PEDIDO DAS FEDERAÇÕES SENADOR RETIRA PROJETO DE PAUTA



(esq/dir) Milton Pessoa (pres. Fed. Cont. Norte e Nordeste), Wilson Machado (pres. Fed. Cont. Centroeste), Divanzir Chiminácio (Pres. Fed. Cont. Paraná), Senador Paulo Paim, Luiz Sergio (pres. Fed. Cont. RJ/ES/BA) e Rogério Noé (pres. Fed. Cont. Minas Gerais)

Os presidentes das Federações de Contabilistas do Brasil em audiência com o Senador Paulo Paim, em Brasília, no dia 27 de fevereiro solicitaram ao Senador a retirada de pauta do projeto 289/2008, e, por solicitação do Senador retornaram ao Senado no dia 6 de março, para em continuidade à audiência anterior e ratificar o pedido de retirada de pauta o Projeto de Lei do Senado nº 289/2008, de autoria do próprio Senador Paulo Paim, que altera o parágrafo 2º do artigo 1.179 do Código Civil. O projeto dispensava o empresário e a sociedade empresária optantes pelo Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – Simples Nacional, da obrigação de seguir um sistema de escrituração contábil, levantar anualmente o balanço patrimonial e o de resultado econômico.

Na audiência com o Senador estiveram presentes os seguintes presidentes: **Luiz Sérgio da Rosa Lopes, da Federação dos Contabilistas dos Estados do RJ, ES e BA; Almir da Silva Mota, da Federação dos Contabilistas do Estado de São Paulo; Rogério Marques Noé, da Federação dos Contabilistas do Estado de São Paulo; Divanzir Chiminácio, da Federação dos Contabilistas do Estado do Paraná; e o 1º vice-presidente Financeiro da Federação dos contabilistas do Rio Grande do Sul, Sérgio Gilberto Dienstmann.**

O projeto além de fragilizar o controle contábil das empresas, poderia também, se aprovado, causar desemprego na classe contábil.

Na audiência do dia 06 de março o Senador declarou aos presidentes de Federações que já havia solicitado a retirada do seu projeto de lei da pauta da casa, conforme havia sido requerido pelas Federações de Contabilistas, na primeira audiência.

“Meu compromisso irremovível é com os trabalhadores, com os assalariados, e se este projeto, conforme me foi dito, impacta de forma negativa sobre os trabalhadores, vamos proceder a uma revisão do mesmo”, afirmou o senador.

“O efeito mais danoso e imediato seria a deflagração de demissões Brasil afora, uma vez que cerca de 90% das pequenas e micro empresas estão dentro dos escritórios de contabilidade, notadamente no interior do País”, alerta Luiz Sérgio da Rosa Lopes, Presidente da Federação dos Contabilistas dos Estados do RJ, ES e BA e vice-presidente da CNPL.

Fora o grave aspecto social, representado pelas demissões em massa, o PLS ainda atenta sobre a ordem jurídica. “Com a eliminação da escrituração contábil nas empresas, em caso de falência das mesmas, o trabalhador ao pleitear o recebimento de seus direitos, não os terá atendido, uma vez que ao juiz ficará impossibilitado do cálculo da massa falida”, cita como exemplo Rogério Marques Noé, presidente da federação dos Contabilistas de MG e também vice-presidente da CNPL.



Presidentes das Federações de Contabilistas do Brasil em audiência com o Senador Paulo Paim no Senado

NOVO PRESIDENTE DO TST PREGA VALORIZAÇÃO DA JUSTIÇA DO TRABALHO

O novo presidente do Tribunal Superior do Trabalho, ministro Carlos Alberto Reis de Paula, destacou em seu recente discurso de posse sua intenção em partilhar as decisões com todos os ministros da Corte, frisando que a alta administração do Tribunal "só ganhará força e terá uma ação efetiva se partilharmos problemas e soluções, no compromisso único de valorizarmos a Justiça do Trabalho". Além disso, ressaltou a importância da negociação coletiva ao falar sobre a redescoberta da legislação trabalhista. "A conversa é o início da solução", afirmou.

Ao admitir ter plena consciência dos desafios que o aguardam, o presidente salientou o lugar ímpar que a Justiça do Trabalho ocupa hoje no Judiciário brasileiro na área de planejamento estratégico, principalmente quanto ao Processo Judicial Eletrônico, e no cumprimento de metas estabelecidas para cada ano, sobretudo em relação ao número de processos julgados.

Em seguida, lembrou que em 2013 serão comemorados os 70 anos da CLT. Ao propor uma semana de reflexão para celebrar o texto aprovado em 1943, destacou as mudanças ocorridas no país e a necessidade de se "descobrir a racionalidade jurídica para as novas situações", seguindo o preceito do artigo 170 da Constituição, que proclama que a ordem econômica é fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa.

Carlos Alberto ressaltou o papel da negociação coletiva na redescoberta da legislação trabalhista e convidou trabalhadores e empregadores "a terem a mesa do TST como de sua casa". Nesse sentido, afirmou que, assim como Tiradentes e Tancredo Neves, seu compromisso é com a liberdade. "A conversa é o início da solução, desde que saibamos dialogar e que a busca seja pelo consenso", frisou o novo presidente.

Aproveitou ainda a presença dos representantes dos outros Poderes da República na solenidade para pedir atenção aos projetos relativos ao processo trabalhista, principalmente os referentes à execução e aos recursos, que classificou como fundamentais para a credibilidade da Justiça do Trabalho.

Fonte: Site TST

CNPL DEFENDE NOVO REFIS PARA OS PROFISSIONAIS LIBERAIS

Diretores da Confederação Nacional das Profissões Liberais- CNPL, Jandival Ross e Sergio Gilberto Dienstmann, participaram de reunião com o deputado federal Edinho Bez e apontou motivos que levam os contribuintes à inadimplência tributária

No dia 4 de março, a Confederação Nacional das Profissões Liberais – CNPL, representada por seus diretores Jandival Ross e Sergio Gilberto Dienstmann, participou de uma reunião com o deputado federal Edinho Bez - PMDB/SC, ocasião em que defendeu a criação de um novo Refis para os profissionais liberais autônomos e contribuintes em geral com débitos tributários federais.

Durante o encontro, os dirigentes da CNPL apontaram que são vários os fatores que podem levar um profissional liberal às dívidas, principalmente as fiscais. "Ninguém gosta de colocar em risco a continuidade de suas atividades e o seu próprio patrimônio. É importante salientar

que, a cada novo Refis, muitos desses profissionais liberais conseguem colocar suas situações tributárias em dia e voltar a produzir normalmente, gerando empregos e renda”, informou Jandival Ross. Na ocasião, Ross e Sergio Gilberto Dienstmann entregaram um ofício ao parlamentar.

Nesse documento, eles defendem que o contribuinte em débito com tributos federais não é sonegador, pois foi ele mesmo quem declarou aos órgãos competentes o valor do imposto devido. No ofício é enfatizado ainda que somente cerca de 40% daqueles que aderiram ao Refis da Crise, instituído pela Lei 11.941/2009, conseguiram consolidar com êxito o parcelamento da dívida ou nele permanecer incluídos – um fato prejudicial não apenas para os profissionais liberais, mas também para a Fazenda Nacional, que deixou de receber significativos recursos financeiros, correspondentes a créditos de difícil recuperação.

O parlamentar concordou com todos os aspectos expostos pelos diretores da CNPL, e se comprometeu em marcar uma audiência com os representantes da Receita Federal do Brasil - RFB para discutir o assunto, afirmando que é preciso mostrar ao Fisco a importância de se conceder uma oportunidade para quem está inadimplente. “É fundamental fazer uma distinção bem clara entre o inadimplente e o sonegador”, observou Edinho Bez, que integrou a Comissão de Reforma do Sistema Tributário na Câmara dos Deputados.

A CNPL solicita à Receita Federal que conceda aos profissionais liberais brasileiros um novo parcelamento, com prazo igual ou superior ao do Refis da Crise - 180 meses e redução da multa e dos juros, proporcionando, assim, que um número expressivo de contribuintes regularizem suas situações tributárias e que o governo federal aumente a sua arrecadação sem a necessidade da criação de novos tributos

Fonte: www.cnpl.org.br

ELEIÇÃO NA CBS – PREVIDÊNCIA – FUNDO DE PENSÃO DOS EMPREGADOS DA CSN

Será realizada no dia 15/03/2013 a eleição para o Conselho Deliberativo e Fiscal da CBS – Caixa de Benefícios da Siderúrgica Nacional de Volta Redonda. O pleito ocorrerá no Auditório do Edifício Edmundo Macedo Soares (antigo escritório central), em Volta Redonda das 08:30h às 18:00h. Foram registradas duas chapas, e o Diretor do Sindicato dos Contabilistas de Volta Redonda, Naim Antonio Torres de Menezes está concorrendo pela Chapa 01 no Conselheiro Deliberativo.

NOVA DIRETORIA DA CNPL TOMA POSSE EM BRASÍLIA

A Nova Diretoria da Confederação Nacional das Profissões Liberais - CNPL, eleita em 2012 para mandato de 2013/2015, tomará posse no próximo dia 09 de abril, às 19h30min no Hotel Mércure Brasília Eixo. A nova Diretoria tem a seguinte composição: **PRESIDENTE:** CARLOS ALBERTO SCHMITT DE AZEVEDO, **1º VICE-PRESIDENTE:** WILSON WANDERLEI VIEIRA, **VICE-PRESIDENTE:** FERNANDO GUEIROS, **VICE-PRESIDENTE:** IRINEU ZANUZZO, **VICE-PRESIDENTE:** MOISÉS ANTONIO BORTOLOTTI, **VICE-PRESIDENTE:** MARIA TERESINHA OSCAR GOVINATZKI, **VICE-PRESIDENTE:** ROGÉRIO MARQUES NOÉ, **VICE-PRESIDENTE:** DANILO GONÇALVES MOREIRA CASER, **VICE-**

PRESIDENTE: LUIZ SÉRGIO DA ROSA LOPES, **VICE-PRESIDENTE:** CLOVIS MATOSO VILELA LIMA, **VICE-PRESIDENTE:** JOSÉ RIBEIRO DOS SANTOS JÚNIOR, **SECRETÁRIO GERAL:** JOSÉ ALBERTO ROSSI, **1º SECRETÁRIO:** EDSON STEFANI, **TESOUREIRO GERAL:** FRANCISCO ANTONIO FEIJÓ, **1º TESOUREIRO:** RAMIRO LUBIAN CARBALHAL, **DIRETORES TÉCNICOS ADJUNTOS:** 1) JOÃO ALBERTO ARAÚJO FERNANDES, 2) DIVANZIR CHIMINACIO, 3) PAULO RODRIGUES DE SOUZA FILHO, 4) RICARDO NERBAS, 5) ALMIR DA SILVA MOTA, 6) SERGIO GILBERTO DIENSTMANN, 7) REGINALDO ANTONIO VALENÇA DOS SANTOS, 8) FLÁVIO ANTONIO LEAL DE AZEVEDO, 9) PIERRE LAFFITE DA SILVA, 10) AILTON COELHO DE ATAIDE FILHO, 11) EDUARDO BARBOSA STRANG, 12) EDSON BENEDITO ROFFÉ BORGES, 13) WILSON PEREIRA MACHADO, 14) ROBERTO CARVALHO CARDOSO, 15) JOSÉ PAULO GARCIA, **CONSELHO FISCAL – EFETIVOS:** 1) JANDIVAL ROSS, 2) MILTON PESSOA CAVALCANTE, 3) SERGIO JOSE VEDOVELLO, **SUPLENTES:** 1) ADEMIR CARLOS GALVÃO DE OLIVEIRA, 2) FRANCISCO CLAUDIO DE SOUZA MELO, 3) KALIL KARAM NETTO.

CENTRAL DOS SINDICATOS BRASILEIROS SE CONSOLIDA COMO A SEXTA MAIOR CENTRAL DO PAÍS



Instituição saltou dos 35 sindicatos filiados em 2011 para 389 em março deste ano. O Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) encerrou nesta segunda-feira (11/03) a aferição das centrais sindicais. Cinco delas (CUT, Força Sindical, UGT, CTB e Nova Central) alcançaram os 7% de representatividade necessários para receber parte do imposto sindical. Atingindo um crescimento de mais de 10 vezes em apenas 15 meses, a Central dos Sindicatos Brasileiros (CSB), nova denominação da Central Sindical de Profissionais (CSP),

se consolidou como a sexta central em representatividade e pretende chegar ao fim de 2013 com o número necessário para ser reconhecida no próximo ano.

Reestruturada em novembro de 2011, a instituição saltou dos 35 sindicatos filiados para 390 neste mês. Além disso, 23 federações se vincularam à central e outras 122 entidades aguardam validação de filiação, número atualmente maior que de todas as centrais.

“Nosso crescimento mostra a sintonia de nossa proposta com a necessidade dos trabalhadores e do povo brasileiro. Somos uma central apartidária, nacionalista, desenvolvimentista, mas, acima de tudo, comprometida com o povo. Estamos construindo uma alternativa sindical. Já alcançamos quase todos os critérios da Lei e vamos, sem dúvida alguma, alcançar 7% de representatividade até o fim deste ano para sermos uma das quatro maiores centrais sindicais do país em 2014”, afirmou o presidente da CSB, Antonio Neto.

Em fevereiro, a central realizou uma ação em Brasília para discutir e destravar a pauta trabalhista no Congresso Nacional. Foram três dias de encontros com diversos parlamentares, entre eles, o presidente do Senado, Renan Calheiros, o Ministro do Trabalho, Brizola Neto, e o vice-presidente, Michel Temer.

“Fomos à Brasília mostrar que a CSB veio para ficar. Participamos de várias reuniões, ressaltamos a importância de voltar a debater a pauta trabalhista e criar contrapartidas sociais para melhorar a distribuição de renda e fortalecer a economia interna. Nossa principal luta é para ampliar direitos. Estaremos em qualquer lugar quando a luta for em prol dos trabalhadores”, reiterou Neto.

Fonte: Jornal Dia a Dia